

PESQUISA, REFLEXÃO E AÇÃO: NOVOS FAZERES QUE CONDUZEM A DISTINTAS CONSTRUÇÕES GEOGRÁFICAS E UTOPIAS

Maria de Fátima Ferreira Rodrigues¹; Aline Barboza de Lima² e
Cláudia Simoni Velozo da Silva³

¹*Professora do Departamento de Geociências da UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, fatimarodrigues.ufpb@gmail.com*

²*Aluna da Pós-Graduação em Geografia, ninhaz21lima@yahoo.com.br*

³*Aluna da Pós-Graduação em Geografia, cacau_pb@yahoo.com.br*

INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais vêm se destacando na Paraíba pela dinamização da economia interna e pela geração de emprego para um elevado número de famílias, pois mesmo com a imensa pobreza que permeia quase sempre a etapa posterior à conquista da terra, conseguem reaver laços familiares e interferir na dinâmica local, sendo fundamentais na compreensão do quadro agrário brasileiro atual. Nos dizeres de Rodrigues (2005, p.126):

O projeto de reforma agrária, defendido pelos movimentos sociais em geral, tem como objetivo resgatar a função social da terra, buscando proporcionar aos excluídos o acesso a esta e uma melhor distribuição de renda através de uma política agrícola adequada.

Na Paraíba, somente na Nova República, no ano de 1986, foram criados os primeiros assentamentos rurais, que adicionaram novos elementos de transformação na configuração territorial das paisagens rurais. Na Zona da Mata Paraibana, onde antes existiam vastas áreas plantadas com cana-de-açúcar e/ou coqueirais, exploradas apenas por algumas dezenas de trabalhadores, nasceram novos limites e novas relações sociais, políticas e econômicas. A partir de então esses novos sujeitos sociais vão ocupar a cena política reivindicando melhorias em seus territórios e buscando adotar estratégias voltadas para a melhoria da produção e comercialização de seus produtos. Nesse sentido, a agroecologia passou a ocupar lugar significativo como alternativa para a melhoria da qualidade de vida das famílias, tanto do campo, como da cidade especialmente, em

decorrência da influência exercida pelos camponeses, na revitalização das feiras livres no estado da Paraíba.

A agroecologia na Paraíba ganhou maior projeção a partir da experiência do projeto “Feira Agroecológica Paraibana”, que atualmente conta com 22 feiras realizadas numa escala geográfica que se estende da mesorregião da Zona da Mata Paraibana até o Alto Sertão.

Esse projeto teve início no ano de 2001, quando 25 famílias de três acampamentos da Várzea Paraibana procuraram o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, para o desenvolvimento de um projeto coletivo, que propiciasse uma vida digna no campo.

Com o intuito de fortalecer esse projeto e contribuir com o desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis, que respeitem o meio ambiente, realizamos uma pesquisa de caráter acadêmico e extencionista, consorciando o desenvolvimento de teorias e a sua efetiva aplicação. Essa pesquisa foi realizada no assentamento Apasa, localizado no município de Pitimbu, estado da Paraíba, Brasil e foi integrada por uma equipe de caráter multidisciplinar. O conjunto dos Trabalhos realizados foram uma Pesquisa de Iniciação Científica e dois trabalhos de Conclusão de Curso sendo que um desses trabalhos deu origem a um projeto de mestrado.

TRANSIÇÃO PARA A FORMA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO APASA

A política de modernização da agricultura, que subsidiou o crédito e estimulou a implantação da indústria de defensivos agrícolas no país, desconsiderou a necessidade de informar os pequenos produtores dos malefícios advindos do uso de agrotóxico, modificando desmedidamente as técnicas tradicionais de produção dos camponeses. Sobre esta questão, Silva (2005, p. 5) afirma que:

Estimulado pelos preços internacionais favoráveis, pelo pacote tecnológico denominado de Revolução Verde, associado às forças que reprimiam qualquer oposição às mudanças, empreendia-se, então, uma profunda transformação na estrutura da produção agrícola tradicional.

A modernização da agricultura brasileira ganhou reforço a partir de 1966, quando foi institucionalizado o Sistema Nacional de Crédito Rural. Esse sistema exigia um projeto técnico para a concessão de crédito, liberado para compra de semoventes e insumos

modernos. Segundo Santos e Silveira (2003, p. 118), de 1970 a 1980, o número de financiamentos concedidos a produtores e a cooperativas aumentou 2,3 vezes.

De acordo com Silva (2004, p. 202):

Esse padrão, baseado na intensificação do uso da terra e na artificialização dos ecossistemas, gerou uma crise sócio-ambiental sem precedentes, como resultado de rápidas e profundas transformações, ocorridas na organização física, técnica e sócio-econômica do espaço rural, promovidas com o objetivo de modernizar o setor agrícola.

A modernização da agricultura trouxe conseqüências drásticas para o meio ambiente, causando desmatamento, assoreamento dos mananciais, envenenamento dos rios e do lençol freático, contaminação do ar, diminuição da diversidade da fauna e da flora, dentre outras. Além disso, os camponeses que passaram a utilizar esse modelo tecnológico, sofreram sérios problemas de saúde, resultando inúmeras vezes em morte (LIMA e RODRIGUES, 2006)

Analizando esse processo localmente, constatamos que mais de 50% dos moradores do Assentamento Apasa não utilizam mais agrotóxicos, além disso, através das nossas pesquisas observamos que alguns camponeses deixaram de utilizar essas substâncias tóxicas por problemas de saúde.

Essa mudança na forma de plantio corresponde também há uma postura diferenciada do camponês frente à natureza. Nesse sentido, eles desenvolvem uma vida mais pautada na sustentabilidade, entendida nesse trabalho como sendo a “capacidade de um agroecossistema se manter produtivo através do tempo, superando por um lado, as tensões ecológicas e por outro, as pressões de caráter sócio-econômico” (GUZMÁN, 2000 *apud* FIGUEIREDO e LIMA, 2006, p.42). Dessa forma, a sustentabilidade é uma busca permanente de equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais.

É sob essa diretriz que se pauta o projeto da Feira Agroecológica Paraibana, que inclui 20 famílias desse assentamento, onde houve uma significativa melhoria na qualidade de vida em relação aos demais assentados, pois além de estarem aumentando a sua renda e a segurança alimentar e nutricional, estão contribuindo para a preservação da qualidade da água, do solo e do ar da terra que conquistaram.

A agroecologia nesse contexto:

Se define como un marco teórico cuyo fin es analizar los procesos agrícolas de manera más amplia. El enfoque agroecológico considera a los ecosistemas agrícolas como las unidades fundamentales de estudio; y en estos sistemas, los ciclos minerales, las transformaciones de la energía, los procesos biológicos y las relaciones socioeconómicas son investigados y analizados como un todo. (ALTIERI, M. e NICHOLLS, C., 2000, p. 14)

A agroecologia passa a ser então uma alternativa para o desenvolvimento rural, contudo, ela não se constitui numa proposta de desenvolvimento simples, ao contrário disso, exige do camponês mudanças profundas. Nesse sentido, a atividade extensionista realizada pela universidade, conjuntamente com os movimentos sociais, representa uma forma de apoio para esses camponeses. A educação passa a ser um elo, nos dizeres de Paulo Freire “o projeto educativo extensionista deve ser um esforço através do qual os homens se decifram a si mesmo como sujeitos cognoscentes mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1983 *apud* LIMA e JESUS, 2006, p.14). Além disso, toda experiência educacional significa um processo social, continuado e intencional.

FORTALECIMENTO DA AGROECOLOGIA COMO TECNOLOGIA SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL

Tendo em vista fortalecer a experiência da agricultura agroecológica e ampliar a comercialização dos produtos que vêm sendo cultivados no Assentamento Apasa, através do princípio da sustentabilidade sócio-ambiental, realizamos em nossa prática extensionista uma série de procedimentos tais como: Inserção de novas experiências de manejo do solo a partir da aplicação de adubos e defensivos naturais alternativos, necessários ao combate às pragas e doenças; promoção de intercâmbios entre os assentados que produzem agricultura orgânica no Estado da Paraíba, especialmente entre os que participam das feiras agroecológicas, objetivando alcançar a certificação dos seus produtos; implantação de cinturões de proteção natural nas áreas de cultivo vulneráveis; implantação da produção de composto orgânico para a adubação do solo, a partir da produção coletiva; promoção do melhoramento das espécies nativas a partir da criação de um banco de sementes; criação de mecanismos para divulgação das ações que vêm sendo desenvolvidas no âmbito da agricultura agroecológica; realização de seminários, oficinas e aulas de campo visando à melhoria dos conhecimentos concernentes ao manejo e uso dos recursos naturais; promoção de cursos de capacitação visando à melhoria dos mecanismos de comercialização assim como, a agregação de valor e agroindustrialização; aumento da

produtividade e melhoria da qualidade dos produtos comercializados na feira agroecológica.

Para a realização desses procedimentos adotamos como um princípio fundamental às atividades extensionistas, a troca de saberes entre camponeses, técnicos, estudantes e professores, através de uma relação articulada e de respeito mútuo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos no projeto tiveram como um todo base e fundamento a troca de saberes entre o corpo técnico formado por professores, estudantes, técnicos em agropecuária e os camponeses.

Um dos melhores resultados, dentre as práticas testadas no curso de Capacitação de Práticas Conservacionistas na Agricultura Tradicional foi o incremento do adubo orgânico para a produção de hortaliças e frutas, tendo como base principal a produção de húmus de minhoca, feita por meio da construção dos seis minhocários de quintal, cada um produzindo em torno de 140 Kg de húmus em ciclos de quarenta dias, se tornando viável até mesmo a comercialização do excedente de húmus na Feira Agroecológica Paraibana no bairro do Bessa, na cidade de João Pessoa – PB, bem como a doação de parte das minhocas para alguns assentados do assentamento Dona Helena, localizado na cidade de Cruz do Espírito Santo-PB, com o intuito de disseminar esta técnica.

A produção de doces e geléias utilizando práticas agroecológicas resultou na criação de um grupo de doceiras, que participaram do curso de capacitação de processamento e embalagem de produtos agroecológicos, e produzem doces e geléias aproveitando as safras de frutas existentes no próprio assentamento. A partir dessa experiência, colocamos em prática os conhecimentos apreendidos nos cursos anteriores a exemplo das tentativas de redução dos custos, como foi apreendido no curso de Administração Rural - Gestão de Custos de Produção e Técnicas de Vendas.

Os boletins “Ecos á Saúde” constituíram ferramentas fundamentais à divulgação das atividades comerciais, culturais e a própria história do grupo. Foram publicados ao todo 4 boletins. Outra ferramenta de interlocução entre os apoiadores da “Feirinha do Bessa” e os camponeses foi a criação de um link dentro da home page (<http://www.geociencias.ufpb.br/logepa/arquivos/ct-agro2004.htm>) do LOGEPA.

Além da venda de produtos na Feira Agroecológica do Bessa, outra forma de comercialização gerada foi o sistema de entrega de cestas, que congregou um número maior de camponeses do assentamento Apasa. O sistema de entrega de cestas consiste em entregar produtos agroecológicos a famílias da cidade de João Pessoa, os produtos são intermediados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT/PB e pela Cáritas Arquidiocesana.

A interlocução entre CPT/PB, Cáritas Nordeste e UFPB colaborou bastante para o fortalecimento e ampliação da Feira Agroecológica do Bessa, contribuindo também para a criação da ECOSUL - Estatuto da Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Paraibano. O projeto “Terra para que te quero” colaborou de forma significativa para a constituição desse estatuto, que tem como objetivo regulamentar a participação de três assentamentos da Feira Agroecológica, o assentamento Apasa, Sede Velha, ambos do município de Pitimbu, e Dona Antônia, do município do Conde, Paraíba.

No tocante aos resultados acadêmicos, foram realizadas duas monografias de graduação, intituladas: “Potencialidades do Assentamento Apasa: um estudo das estratégias de resistência e desenvolvimento local” apresentada por Aline Barboza de Lima (2005), nesse trabalho foram realizados levantamentos sócio-econômicos para identificação das principais estratégias de desenvolvimento local, bem como as potencialidades existentes no assentamento e “Caracterização Geomorfológica do Assentamento Apasa-PB”, apresentada por Cláudia Simoni Velozo da Silva (2006), onde foi realizado levantamento e georreferenciamento de todas as fontes de água existentes no assentamento, bem como o levantamento de processos geomorfológicos existentes no assentamento, tais como: *creep*, deslizamento, voçorocas etc.

Fez parte da construção do nosso projeto a publicação e apresentação de trabalhos em eventos relacionados com a temática estudada, com o intuito de discutir e compartilhar as experiências e trocar informações, além de aprofundar o debate a cerca das conceituações que permeiam os estudos na Geografia Agrária e na Agroecologia.

Durante o projeto, foram desenvolvidas atividades de intercâmbio entre a academia e os camponeses da Feira Agroecológica, que apresentaram suas experiências em palestra realizada no Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano - “Agricultura Familiar em Regiões com Riscos de Desertificação”, ocorrido entre 29 de junho a 2 de julho de 2006, na Universidade Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa. Nesse seminário, foi possível

estabelecer um diálogo acerca de tecnologias mais sustentáveis, congregando pesquisadores internacionais, nacionais, camponeses da Feira Agroecológica e estudantes.

Além disso, participamos do Encontro Paraibano de Agroecologia - EPA, promovido pela Cáritas Nordeste e CPT e do II Encontro Nacional de Agroecologia - ENA, promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia, onde colaboramos com apoio financeiro e registros audiovisuais desses eventos. Na ocasião foi possível uma articulação e troca de conhecimentos entre diferentes segmentos sociais, como organizações não-governamentais, movimentos sociais, camponeses e instituições governamentais.

Um resultado relevante da nossa pesquisa foi a aprovação do projeto *“Agricultura orgânica e Feira Agroecológica como estratégias de complementação de renda em Assentamentos Rurais da Zona da Mata Paraibana”*, através do programa “PETROBRÁS FOME ZERO – desenvolvimento com cidadania”, que possibilitará realização de uma série de ações que visam fortalecer tecnologias socialmente sustentáveis.

Em relação aos moradores da cidade de João Pessoa, que freqüentam a Feira Agroecológica do Bessa, observamos que houve muitas mudanças no cotidiano e nos hábitos alimentares de alguns freqüentadores da feira, que mesmo com os supermercados 24h na cidade, oferecendo uma variedade de alimentos, aparecem às 5:00h da manhã, horário em que os assentados montam a feira; alguns freqüentadores chegam até mesmo antes dos próprios assentados, sobretudo em busca de alimentos de alta qualidade. Outros criam uma fidelidade à feira, comum nesses espaços, onde a impessoalidade imposta pelas redes de supermercado é substituída por relações mais próximas, comumente caracterizadas pelas boas prosas, pechinchas, trocas de receitas e pelas amizades formadas.

Essa relação entre os freqüentadores da feira e os camponeses é construída com base na confiança, pois os produtos da Feira Agroecológica do Bessa não são legalmente certificados como produtos cultivados sem a utilização de agrotóxicos e outros insumos artificiais. Para fortalecer essa confiança, os freqüentadores visitam as parcelas dos camponeses no assentamento, e conhecem uma área desapropriada de Reforma Agrária, refazendo assim, o imaginário acerca desses lugares, bastante deturpado por pessoas contrárias a Reforma Agrária, através principalmente de veículos de comunicação em massa. Assim é estabelecido o que os camponeses denominam de certificação social, ou seja, uma certificação que é construída a partir da aproximação entre o campo e a cidade,

diminuindo os custos que esses camponeses teriam com a certificação oficial, uma vez que não recebem nenhum apoio governamental.

A Feira Agroecológica do Bessa está se mantendo de forma satisfatória, conseguindo melhorar a renda de várias famílias, como verificamos a partir do quadro demonstrativo a seguir, relativo a receita anual e fundo de feira, no período de dezembro de 2001 a abril de 2006:

Tabela 01 - Valores relacionados à comercialização dos produtos agroecológicos na feira do Bessa.

ANOS	RECEITA ANUAL TOTAL	RECEITA ANUAL DO FUNDO DE FEIRA (5%)	NÚMERO DE FEIRAS
2002	4.947,70	247,38	04
2003	82.749,44	4.137,47	52
2004	67.086,20	3.354,31	52
2005	67.457,40	3.372,87	52
2006	20.095,00	1.004,75	15
Total	242.335,74	12.116,78	175

Fonte: Relatório Técnico da CPT – 2006

De acordo com a tabela 01, podemos observar que o ano de 2003 foi o de mais significativo índice de comercialização dos produtos; já em 2004 houve um significativo declínio dessa atividade e em 2005 ocorreu um relativo aumento dos produtos e do ganho monetário. O declínio registrado em 2004 deu-se em decorrência de vários fatores, dentre eles destacamos: a mudança de localização da feira que anteriormente era realizada na Avenida Presidente Nilo Pesanha, e atualmente encontra-se na Avenida Governador Argemiro Figueiredo, e a diminuta oferta de hortaliças no local de comercialização ocasionada por fatores climáticos relacionados com a estiagem. Avaliamos que contribuiu, também, para uma queda nas vendas a mudança do local da feira que levou a uma redução no número de frequentadores da mesma.

A mudança do local da feira foi resultante de um desentendimento entre os produtores, na medida em que houve resistência por parte de alguns deles em seguir o regimento da Feira em sua exigência de que toda a produção seja pautada nos princípios da agroecologia. Esse episódio revela de *per si* a firmeza dos camponeses na adoção da

agroecologia para além da mera produção orgânica. Para garantir a produção limpa e princípios compatíveis com a busca da qualidade de vida e preservação ambiental, os organizadores da feira e os camponeses adotaram alguns critérios que fundamentam a escolha da agroecologia e que estão dispostos no parágrafo 16º do Regimento Interno da Feira Agroecológica do Litoral Sul – PB, de 22 agosto, de 2003 que propugna: “Participam da feira agroecológica os agricultores organizados que pretendem desenvolver uma prática voltada ao cultivo agroecológico e que estão de acordo com a preservação e cuidados com o meio ambiente, num processo de envolvimento de toda a família”. Esse mesmo regimento, no seu artigo 24º, parágrafo único também prevê que “Será expulso da feira todo aquele ou aquela agricultor ou agricultora que vier comercializar produtos com uso de agrotóxicos”. Esses princípios visam dar credibilidade aos produtos comercializados pelos assentados que fazem a Feira Agroecológica, além de fortalecer a idéia de uma certificação participativa.

A coluna receita anual do fundo de feira, com 5% da receita, demonstra os valores recolhidos a cada final de feira de cada produtor. Esses contribuem com 5% do lucro bruto do que é comercializado. Esse recurso é utilizado pelos assentados que participam da feira de várias formas, dentre essas destacamos: empréstimo sem juros, despesas extras, deslocamento para outras cidades a fim de participarem de reuniões e eventos ligados a agroecologia e a resolução de eventuais demandas relacionadas ao bom funcionamento da feira. A coluna número de feiras demonstra, pela sua frequência, que existe um compromisso dos assentados com a frequência de realização das feiras desde sua primeira exposição até os dias atuais, totalizando 175 feiras realizadas entre dezembro de 2002 a abril de 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa experiência, podemos constatar que a produção de alimentos agroecológicos e a comercialização desses alimentos proporcionaram um sentimento de grande satisfação entre os assentados.

Dentre os motivos de satisfação, dois são mais comumente relatados, o primeiro é a melhoria na saúde, a alegria em não sofrer os malefícios decorrentes da utilização de agrotóxicos e o segundo é a possibilidade de comercializar diretamente na feira, excluindo

a figura dos atravessadores, que geralmente se apropriam de forma injusta do trabalho desses agricultores.

Neste sentido, a agroecologia propicia novos arranjos entre características já existentes dos camponeses e características incorporadas por eles (como novas técnicas apreendidas para melhorar a produção orgânica), num processo contínuo de recriação da coexistência entre os recursos naturais e humanos, a fim de gerar melhores relações socioeconômicas no assentamento.

Com isso se rompe a idéia de apatia do mundo rural tradicional, já que pressupõe uma continua renovação. Com a diferença que tal renovação não se constitui em fases evolutivas, nem tampouco se constrói sobre a base de intervenções meramente exógenas assentadas em idéias *a priori* sobre o que é o desenvolvimento. Propõe-se, então, a valorização de aspectos que até então estiveram fora do observável pela ciência, apoiada num processo que recobra o protagonismo dos atores sociais implicados que assim deixariam de ser meros recipientes ignorantes e passivos do conhecimento superior ou simplesmente objeto do conhecimento científico. Um desenvolvimento que está baseado no descobrimento e na sistematização, análise e potenciação dos elementos de resistência locais frente ao processo de modernização para, através deles, desenhar, de forma participativa, estratégias de desenvolvimento definidas a partir da própria identidade local do etnoecossistema concreto em que se inserem. Mais que tudo uma estratégia de localização do desenvolvimento. (BORBA, 2004, p.171)

De acordo com Sachs (2001):

O desenvolvimento rural integrado constitui uma ferramenta privilegiada para avançar na direção apontada. A geração de empregos e auto-empregos rurais para a população que deixará de migrar para a cidade será mais fácil de se conseguir e menos dispendiosa do que a sua integração na economia urbana.

Através dos relatos ouvidos é possível perceber que a mudança para o processo de produção agroecológica não é simples e exige do camponês um resgate de sabedorias antigas, há muito relegadas ao esquecimento. Estes assentados que muitas vezes foram forçados pelas circunstâncias a utilizarem agrotóxicos e a praticarem as queimadas nas grandes lavouras de cana-de-açúcar e comumente reproduziam nas terras conquistadas as formas danosas como estavam acostumados a trabalhar, agora passam por uma mudança de comportamento e se vêem livres para cultivar a terra da maneira que julgam mais correta. Essa transformação ganha força através do resgate de conhecimentos tradicionais que se renovam através da memória coletiva.

O apoio através da prática extensionista, congregando saberes do senso comum e da ciência, fortaleceu o projeto desenvolvido pelos camponeses e estreitou os laços entre a academia e a sociedade civil organizada. Concordamos com Lima (2006 p.14), que:

Estas idéias são importantes ao se pensar num trabalho do extensionista como agente de uma nova proposta de extensão rural, construída num coletivo e cujo modelo de desenvolvimento proposto é o sustentável, tendo como parte de sua proposta de ação extensionista a pesquisa, e essa deve ser realçada como recurso de aprendizagem e de produção do conhecimento. Apontamos nesta idéia por considerar o ato investigativo associado a metodologias participativas, poderiam se tornar excelentes ferramentas de ação concreta e coerente com o desenvolvimento local desejado pelo fato de a pesquisa está associada à capacidade de produzir conhecimento sobre determinada realidade e este conhecimento é elemento chave para ação de possibilidades transformadoras.

A adoção da agroecologia como uma filosofia de vida e uma referência à produção agrícola, assim como a adoção de estratégias de comercialização e de convivência social pautadas no respeito à vida contribuiu, no Assentamento Apasa, para uma maior aprendizado e produção do conhecimento.

Cabe dizer que os ganhos econômicos não são os mais importantes. A produção limpa, a preservação da vida enquanto princípio para a manutenção da biodiversidade trouxe novos horizontes que precisam ser apoiados via políticas públicas conseqüentes, onde essas práticas sejam valorizadas e a relação campo-cidade seja cada vez mais estreitada em laços de solidariedade e confiança mútua e na busca de um verdadeiro projeto de reforma agrária que possibilite ao nosso país um passo a mais em direção a verdadeira cidadania.

O conjunto das questões expostas nos leva a melhor compreender a amplitude que tem tomado essa experiência seja no âmbito da organização da produção camponesa, seja no que concerne a reação da universidade e da sociedade no estado da Paraíba, Brasil. Ratifica nossa assertiva a quantidade de pesquisas de graduação, mestrado e artigos publicados na internet em anais de eventos e revistas acadêmicas abordando a Feira Agroecológica ou, a formação de grupos de pesquisa e projetos de extensão universitária que contam com o apoio da UFPB.

Essas informações nos levam a inferir que ao se deslocarem para a cidade a procura de divulgar sua experiência e de vender seus produtos os camponeses ampliam as possibilidades de sua inserção social e colocam para a universidade e para a sociedade o desafio de refletir sobre o conjunto das questões que lhes dizem respeito. Por isso, os temas

abordados pelos grupos de pesquisa e pesquisadores são diversos e vão desde as demandas à certificação até as que se situam no âmbito da cidadania plena e do empoderamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M.; NICHOLLS, Clara I. **Teoría y práctica para una agricultura sustentable**. Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. México, 2000. Disponível em: <<http://www.agroeco.org/brasil/material/Agro01.pdf>> Acesso em: 10 de maio de 2007.

BORBA, Marcos Flávio da Silva. Dimensão Agroecológica. In: **VIA CAMPESINA DO BRASIL: o campesinato no século XXI, possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. CURITIBA/BRASÍLIA, dezembro de 2004. No prelo.

FIGUEIREDO, M. A. B.; LIMA, J. R. T. de. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. In: FIGUEIREDO, M. A. B.; LIMA, J. R. T. (Org.). **Extensão rural: desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: bagaço, 2006. 174p.

LIMA, I. de S.; JESUS, P. de. A pesquisa na prática da extensão rural para o desenvolvimento sustentável: alguns fundamentos epistemológicos. In: FIGUEIREDO, M. A. B.; LIMA, J. R. T. (Org.). **Extensão rural: desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: bagaço, 2006. 174p.

LIMA, Aline B. de. **Potencialidades do assentamento Apasa: estratégias de resistência e desenvolvimento local**. João Pessoa, UFPB, 2005, 148p. Monografia de Graduação.

LIMA, Aline B. de; RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. Práticas agroecológicas em construção: reflexões sobre mudanças no processo produtivo numa área reformada. In: Seminário Luso-brasileiro-cabo-verdiano: a agricultura familiar em regiões com riscos de desertificação/III Encontro Paraibano de Geografia/ III Semageo – Semana de Geografia da UFPB. I, 2006, João Pessoa, **Anais...** João Pessoa: UFPB: 2006. p. 1- 13. 1 CD

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. “Quem sabe faz a hora”: análise das estratégias de reprodução camponesa em áreas de assentamento na Paraíba e no Ceará. In: Encontro de Geógrafos da América Latina: Por uma geografia Latino-Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. X., 2005, São Paulo, **Anais...** São Paulo:USP, 2005. p. 12665-12684. 1CD

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. *Estud. av.* [online]. set./dez. 2001, vol.15, no.43 p.75-82. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300008&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0103-4014. Acesso em: 08 de maio de 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Carlos E. Mazzetto A agricultura brasileira ontem e hoje: agricultura colonial e moderna: semelhanças e diferenças dos padrões de ocupação e uso do espaço. In: VIA CAMPESSINA DO BRASIL: o campesinato no século XXI, possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. CURITIBA/BRASÍLIA, dezembro de 2004. No prelo.

SILVA, Cláudia Simoni Velozo da. Caracterização Geomorfológica do Assentamento Apasa, João Pessoa, UFPB, 2006, 93p. Monografia de Graduação.

SILVA, Diânice Oriane. A modernização na agricultura e suas conseqüências ambientais e humanas. In: Encontro de Geógrafos da América Latina: Por uma geografia Latino-Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. X., 2005, São Paulo, Anais... São Paulo:USP, 2005. p. 1-13. 1CD.